

DIÁLOGOS SOBRE FORMAS DE EXISTIR E RESISTIR NA PERIFERIA DE ITAPEMA (SC): UMA ANÁLISE ÉTICO-POLÍTICA¹

Jaqueline Coelho Rodrigues da Silva de Paula²

Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima³

RESUMO

Neste artigo, debate-se o modo como vem se expandido a forma-periferia em Itapema (SC), considerando-se como um território de ocupação irregular no contexto da geografia de acumulação capitalista. Pressupõe-se que as formas de existir nesse território são uma violência estruturante orquestrada pelo complexo imobiliário-financeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de observação participante. Os resultados denotam que a construção civil e o setor imobiliário, apoiados pelo poder público, vêm rompendo fronteiras ético-políticas para galgar a condição de sujeito desejante das elites. A perspectiva de desenvolvimento, em que a economia suplanta a proteção social, tem sido o principal agente de destruição de vidas e permanência no território estudado. Formas de resistência se apresentam às injustiças impostas pela cidade-mercadoria.

PALAVRAS-CHAVE: Território ocupado; Periferia; Desenvolvimento local; Modos de vida.

DIALOGUES ABOUT WAYS OF EXISTING AND RESISTING IN THE OUTSKIRTS OF ITAPEMA, SC: AN ETHICAL-POLITICAL ANALYSIS

ABSTRACT

The article discusses how the peripheral form has expanded in Itapema, considering it a territory of irregular occupation in the context of the geography of capitalist accumulation. It is based on the assumption that the ways of existing in this territory are a structuring violence orchestrated by the real estate-financial complex. This is a qualitative study carried out through participant observation. The results show that civil construction and the real estate sector, supported by public authorities, have been breaking through ethical-political limits in order to ascend to the status of desiring subject of the elites. The perspective of development, in which the economy supplants social protection, has been the main agent of destruction of lives and permanence in the territory studied. Forms of resistance to the injustices imposed by the commodity city are presented.

KEYWORDS: Occupied territory; Periphery; Local development; Ways of life.

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), edital n. 200/2021

² Psicóloga e Mestra em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí, Docente do Núcleo Integrado de Disciplinas -NID, da Escola de Ciências da Saúde (2025), da Universidade do Vale do Itajaí; contatojaque@gmail.com

³ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora na Universidade do Vale do Itajaí, rita.lima@univali.br

DIÁLOGOS SOBRE FORMAS DE EXISTIR Y RESISTIR EN LA PERIFERIA DE ITAPEMA, SC: UN ANÁLISIS ÉTICO-POLÍTICO

RESUMEN

El artículo discute cómo la forma-periferia se ha expandido en Itapema, considerándolo un territorio de ocupación irregular en el contexto de la geografía de la acumulación capitalista. Se asume que las formas de existir en este territorio son una violencia estructurante orquestada por el complejo inmobiliario-financiero. Se trata de un estudio cualitativo realizado mediante observación participante. Los resultados muestran que la construcción civil y el sector inmobiliario, apoyados por los poderes públicos, han ido traspasando los límites éticos y políticos para convertirse en sujetos deseantes de las élites. La perspectiva de desarrollo, en la que la economía suplanta a la protección social, ha sido el principal agente de destrucción de vidas y permanencias en el territorio estudiado. Existen formas de resistencia a las injusticias impuestas por la ciudad mercantil.

PALABRAS-CLAVE: Territorio ocupado; Periferia; Desarrollo local; Formas de vida.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os desafios globais têm intensificado o debate sobre o processo de urbanização no Brasil e no mundo para beneficiar as pessoas e o planeta, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020). Vivemos em um momento da história em que mais da metade da população mundial reside em áreas urbanas. Segundo as mesmas estimativas, em 2030 teremos um adicional de cinco bilhões de pessoas vivendo em cidades (Ojima, 2007).

O intuito desses dados não é apenas refletir um cenário caótico de cidades inchadas pelo crescimento populacional, mas propor, sobretudo aos países que passarão pela transição urbana nos próximos anos, caminhos alternativos para reduzir a pobreza e a desigualdade social. E uma expressão física da pobreza nas grandes cidades são as favelas (ONU, 2020).

A agência pública de notícias, Agência Brasil, revela a última pesquisa do Data Favela em que são estimados 5,8 milhões de domicílios em favelas com 17,9 milhões de moradores. Segundo os dados desta pesquisa, o número de favelas dobrou na última década (Albuquerque, 2023).

Ao considerar que a formação territorial de favelas e seus pilares – o espaço e as relações sociais – são expressões de relações de poder, Marcelo Lopes de Souza (1995; 2013), referência nacional sobre o tema, sinaliza que o território de favelas não é matéria tocável, mas “em primeiríssimo lugar, o poder [...] ‘campos de força’, que só existem enquanto durarem as relações sociais [...] projetadas no espaço” (Souza, 2013, p. 87-89). É nesse “espaço definido e

delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 1995, p. 78) que a vida acontece, atravessada por injustiças na consecução de condições materiais de existência e condições de possibilidade de apropriação do território para as diversas formas de uso (Santos, 2005).

O conceito de uso do território incorpora tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas (Santos; Silveira, 2001). Suas características são dinâmicas e altamente relacionais. O território é uma construção histórica que incorpora múltiplas dimensões, ambiental, econômica, social, institucional e política (Perico, 2009). Na especificidade de favelas/ocupação irregular, o território se compõe mediante lógicas que produzem sujeição e dominação (Lima; Yasui, 2014).

Ainda em perspectiva histórica, cabe assinalar que as estruturas que produzem a vida social no Brasil têm origens autoritárias e violentas, e elas nos impõem o trabalho servil pelos interesses do mercado internacional. Com o aprofundamento das desigualdades sociais em nosso país, há uma presença acentuada de pessoas de baixa renda nas capitais e nas regiões metropolitanas, que traz à tona a predominância de áreas urbanas informais e irregulares, evidenciando o acesso dessas pessoas à habitação pela modalidade de autoempreendimento (Ferreira; Jayme, 2019). Enquanto se realiza a construção social de favelas, o mercado imobiliário alça largos voos a serviço do fortalecimento da “hegemonia da propriedade individual” (Rolnik, 2019, p. 13) e se aprimora em espaços nobres de cidades brasileiras, a exemplo de balneários do sul do Brasil.

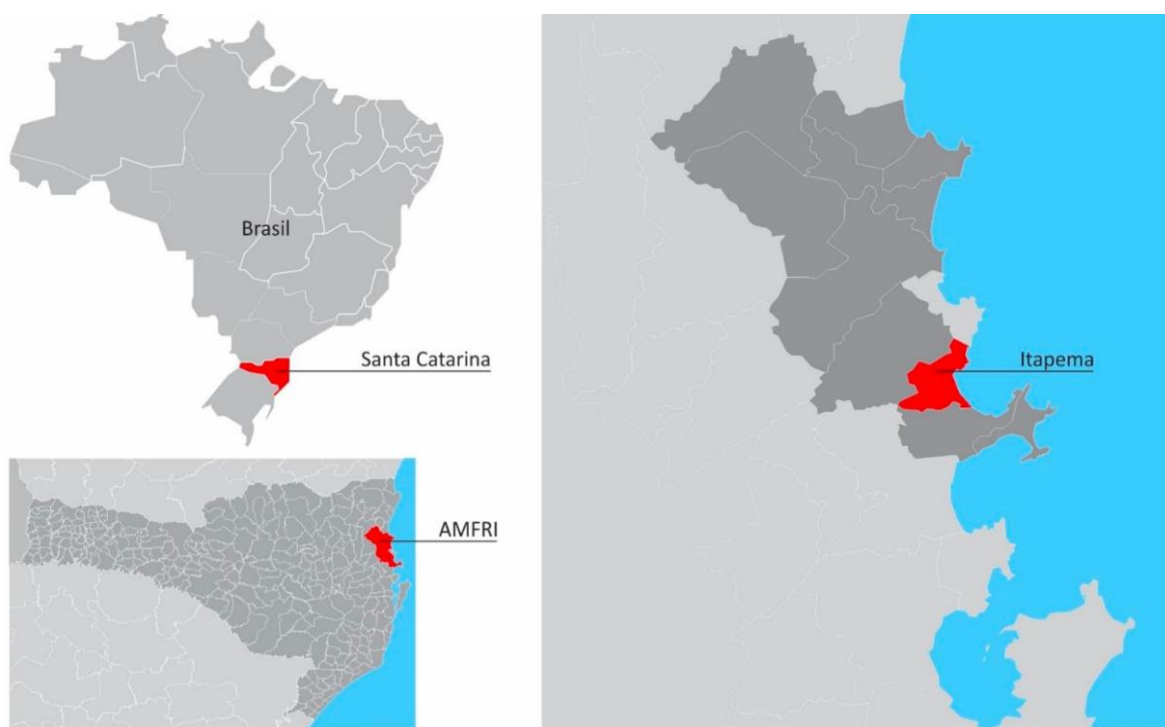
Se fizermos uma aproximação histórica com o crescimento industrial e a urbanização nos países da América Latina, de modo geral, constatamos que ambos os processos se realizaram na base de tecnologia intensiva em capital e desnudam diversas contradições estruturais, sendo a principal delas a acentuação das desigualdades regionais, sob as quais se compreendia o processo de aceleração da urbanização em regiões mais desenvolvidas, em detrimento de regiões consideradas subdesenvolvidas (Oliveira, 2014). No entanto, é diferente quando refletimos sobre a experiência de urbanização em um contexto singular latino-americano, como em Medellín, na Colômbia, que ocorreu durante quarenta anos, transformando o cenário a partir do momento em que as práticas participativas assumiram um papel importante na construção coletiva da cidade na luta pelo direito à cidade (Mazo; Tamayo, 2014).

O objetivo deste texto é trazer para o debate o modo como vem se expandido a formaperiferia em Itapema (Santa Catarina), cidade balneário catarinense, considerando-se um território de ocupação, conhecido como comunidade da 450, no contexto da geografia de

acumulação capitalista. Resulta da pesquisa de mestrado intitulada “Práticas coletivas de mulheres residentes em uma área de ocupação de um município catarinense”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí (Itajaí, SC) em 20 de março de 2023, sob o parecer de número 5.953.526.

A cidade de Itapema está situada no litoral norte de Santa Catarina, região sul do Brasil, e participa da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), que abrange 11 municípios. O crescimento da cidade está relacionado à sua característica litorânea e sua localização estratégica, tendo em vista a proximidade ao norte com Balneário Camboriú (13 km) e Itajaí (29 km) e ao sul com Florianópolis (60 km).

Figura 01: Localização de Santa Catarina, AMFRI e Itapema



Fonte: AMFRI (2016).

A população da cidade de Itapema (SC) chegou a 75.940 pessoas no censo de 2022, o que representa um aumento de 65,82% em comparação com o censo de 2010. Encontra-se em 26º lugar de todo o estado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) que, em 2020, era de R\$ 2.406.021,01, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

É considerada um dos balneários mais belos do sul do Brasil e mais procurados por turistas (Prefeitura Municipal de Itapema, 2023). Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Itapema foi eleita a maior cidade em valorização imobiliária do país,

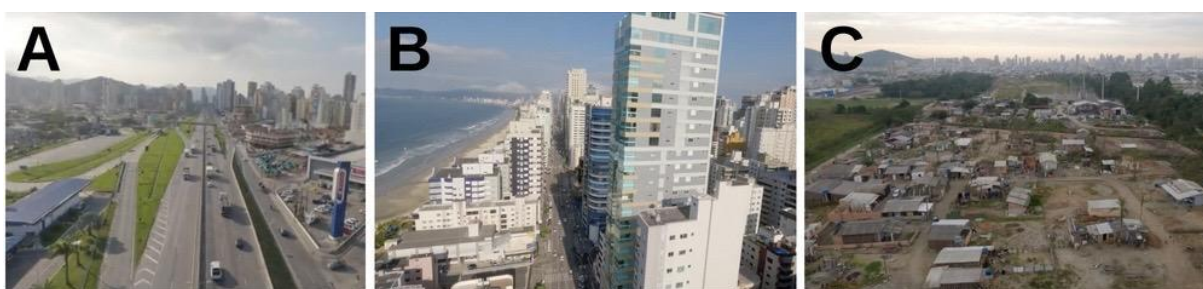
atingindo um crescimento de 13,65% no último ano. Com base nos imóveis residenciais anunciados em janeiro de 2021, ocupa o sexto lugar no preço médio de venda do metro quadrado residencial (FIPE, 2021).

2. SOBRE A EXPERIÊNCIA

Ao longo de seu processo histórico, Itapema vem passando por significativas transformações deflagradas pela sua emancipação em 1962 e impulsionadas com a conclusão da rodovia federal BR-101 em 1969, o que facilitou a ligação com as áreas mais dinâmicas do país. Essas transformações se avolumaram a partir dos anos 1970, com a instalação de complexos hoteleiros, quando o turismo foi ganhando importância como prática social e econômica. Entretanto, o turismo desprovido de projetos de desenvolvimento sustentável trouxe no percurso histórico da cidade, trouxe consigo a habilidade em construir problemas sociais de difícil solução, cabendo citar a exigência de ações de reparação na ocupação do território (Oliveira; Givisiez, 2009) e mudanças estruturais que acabaram distanciando Itapema de suas origens (IBAM, 2019).

Em seu trânsito desenvolvimentista, a especulação imobiliária vem se apropriando, com maestria, de terras que eram ocupadas por pescadores e pequenos agricultores. Dessa maneira, a orla do município foi sendo ocupada pela indústria do setor imobiliário, em que muitos prédios começaram a ser construídos apenas para uso durante a temporada de verão (IBAM, 2019). Para exemplificar esse contexto estrutural, na Figura 2 mostram-se algumas imagens aéreas realizadas no percurso da pesquisa.

Figura 02: Contexto social e urbano dos lados leste e oeste de Itapema



Fonte: Acervo das autoras (2024).

A imagem A refere-se à rodovia federal BR-101, principal corredor viário da cidade, com vista para o lado leste e o lado oeste. A imagem B, ao lado leste da BR, mostra os bairros centrais com maior proximidade a orla (Praia Central, Meia Praia, Canto da Praia e Ilhota – cujo território possui extensão do lado leste e oeste), que possuem maior fluxo turístico,

condomínios de alto padrão e verticalização. Já a imagem C relaciona-se ao lado oeste, onde encontram-se os bairros (Ilhota, Alto São Bento, Tabuleiro, Morretes, Jardim Praia Mar, Casa Branca, Sertãozinho, Várzea, Sertão do Trombudo) cujas áreas residenciais são mais afastadas das áreas centrais. Os cinco primeiros bairros dos nove citados possuem áreas com irregularidade fundiária, adensamento excessivo e precarização das condições de vida, como podemos ver na imagem acima.

É nesta lógica – a de construção de territorialidade na periferia – que se insere o objeto desse texto conhecido como comunidade da 450, ou Rua 450, ou 450 (as ruas da cidade são designadas por números), uma área de ocupação irregular que pertence ao bairro Jardim Praia Mar, existe há mais de 30 anos na cidade, alvo dos interesses imobiliários, que se constitui como um desafio a ser superado pelo poder público, o de moradia digna. Tal realidade tem se tornado relevante aos nossos olhos de modo bastante contraditório.

Partimos do pressuposto de que as formas de existir no território da comunidade da 450, em Itapema, são uma violência estruturante. Trata-se da estruturação violenta de uma sociedade que defende os privilégios contra qualquer forma de direitos; inclusive sustenta a manifestação da violência governamental. Nesse horizonte, indagamos: até que ponto a periferia é lugar para a materialização da vida humana se, sob o ordenamento do capital, a especulação imobiliária transforma a cidade em mercadoria? Nesse contexto, que espaços nos resta de diálogo sobre a produção de vida na periferia?

Diante desse projeto territorial orientado pelo mercado, em que mostrar-se belo ao estado e ao país por meio da “prática da transmutação da habitação em ativo financeiro” (Rolnik, 2019, p. 13), imperativo categórico do setor imobiliário e da construção civil, a pergunta que não cala é: como resistir a governos locais que expropriam a força de trabalho do direito à vida digna?

Se considerarmos que o setor imobiliário e o da construção civil são grupos situados dentro da estrutura de poder, como resistir ao *apartheid* social instaurado para se fazer “um balneário”? Se a coesão social depende do papel que exerce o Estado em relação aos seus municípios, que políticas sociais vêm sendo implementadas? É possível colocarmos o território na centralidade da formação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais, por exemplo, do direito universal às ações e aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), da valorização da vida e democratização de seus saberes? Se o Estado se faz promotor e regulador

do espaço urbano, por meio de leis como os planos diretores, e fiscalizador das regras que ele mesmo sanciona, que dinâmica assume o processo de viver de coletivos destinados a “sem lugar” (Rolnik, 2019, p. 145), base para o funcionamento do complexo turístico Itapema? Que modos de vida têm se organizado historicamente sob as condições sociais que se apresentam? Em nossa visão, as determinações explicativas para essas questões estão na história.

Na história recente de Santa Catarina, identificamos a criação de um Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Estaduais, intitulado Crescendo Juntos, que tem como objetivo articular o processo de planejamento e organização de ações, centrado na redução das desigualdades regionais (Santa Catarina, 2016). Ao consultar esse programa, observamos que o setor proteção social não está presente entre as equipes de trabalho das diretorias de Planejamento e Desenvolvimento Regional, nem mesmo entidades representadas pela sociedade civil; encontram-se apenas setores da indústria e do comércio.

Além disso, a cidade de Itapema não está incluída entre as regiões contempladas, pois de acordo com o mapa que caracteriza as regiões, ela foi eleita entre as cidades de maior desenvolvimento. Outra questão se manifesta: de que desenvolvimento estamos falando? Há guetos em Itapema em que os moradores despertam e adormecem em “sofrimento ético-político”, forma de sofrimento gerada na “relação entre [as intimidações advindas] da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a elas se assujeitam” (Sawaia, 2009, p. 370). É sobre um desses espaços que trata este artigo.

Quando partimos para o plano municipal, não encontramos relatórios atuais disponíveis sobre planos participativos da política local de habitação. O último Plano de Habitação de Interesse Social, criado em consonância com o plano diretor para viabilizar habitação à população de menor renda, centralizando programas e recursos utilizados do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), ocorreu no ano de 2019 (IBAM, 2019).

Segundo a *Folha do Estado* (2021), a política atual ligada à habitação em Itapema vem revelando as negociações entre o poder público e as empresas ligadas à construção civil, sobre tornar ainda mais permissivo o uso de áreas incluídas como Zona de Desenvolvimento Industrial para a construção de edifícios. Até que ponto podemos pensar que essa política expressa a diversidade de todos os setores sociais ligados à habitação no município?

A comunidade da 450 faz parte dos loteamentos do bairro Jardim Praia Mar, objeto de uma ação civil pública que tramita na Comarca de Itapema sob o número 125.04.001170-8, onde os autores, Ministério Público de Santa Catarina e município de Itapema, demandam

contra a empresa Praia Mar Empreendimentos Imobiliários, com o objetivo de regularizar o loteamento, almejando sanear a situação de propriedade das famílias que ocupam a referida área, bem como implantar melhorias na infraestrutura do local (IBAM, 2019).

A ocupação do território se expandiu em uma área após a ponte do Rio da Fita, onde o asfalto termina, em um local onde havia manguezais. De acordo com Pavez, Freitas e Dias (2019), os desenhos das vias urbanas e o aspecto labiríntico que elas assumem em áreas de ocupação irregular são formas que contribuem para delimitar uma territorialidade de um determinado grupo em relação à sua vizinhança, por exemplo.

O lugar está assentado em ruas irregulares, em uma área ambientalmente degradada, de leitos de inundação. As casas são construídas de modo muito próximo umas às outras, em uma base frágil que ampara seus moradores. Lembra-nos o cortiço de Aluísio de Azevedo (1997), moradia operária por excelência, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, com instalações hidráulicas e elétricas precárias feitas pelos próprios moradores. Em meio a uma modelagem semelhante, de traçados irregulares, a população que mora na 450 existe. Subsiste; afinal, é preciso.

Em termos mundiais, a 450 é uma gota de um oceano que corre à margem dos privilegiados. Os dados do novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023) para Educação, Ciência e Cultura referem que 26% da população global não tem acesso à água potável, ou seja, são dois bilhões de pessoas, e 46% dos habitantes do planeta não possuem serviços de saneamento seguros, o equivalente a 3,6 bilhões de pessoas.

A população que reside na comunidade da 450 é bastante diversa, formada por migrantes e pessoas refugiadas vindas de muitas regiões, como Nordeste, Norte e do próprio Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e do interior do estado de Santa Catarina). Além destas, existem populações estrangeiras como os haitianos e os venezuelanos. Segundo informações de agentes da Prefeitura, há aproximadamente cinco mil pessoas existindo no lugar (ou nele resistindo). Os moradores acreditam que seja uma população ainda maior. Essa crença dos moradores sobre a população é, por nós, valorizada, pois concordamos com a acepção da antropologia médica italiana de que “as crenças não científicas, ‘erradas’, se baseiam sobre as condições materiais de existência, sobre relações de hegemonia, não é por acaso que as pessoas acreditam em certas coisas e não em outras” (Seppilli; Lima, 2021, p. 217).

A ocupação da 450 vem sendo feita com base em um conhecido prévio que os moradores têm sobre o lugar, das ofertas de emprego ou até mesmo das experiências de familiares ou conhecidos que chegam primeiro e auxiliam na inserção de recém-chegados na comunidade. Quando começam a trabalhar na cidade, desenvolvem uma relação monetária com a compra ou aluguéis de pequenos espaços ocupados por outros, ou seja, em ocupações de lotes pertencentes a terceiros, que foram adquiridos por meio de contratos de promessa de compra e venda falsos. Esse fato se aproxima das reflexões geradas por Noronha (2018), em seu estudo sobre as contradições na organização do espaço habitacional de Heliópolis (SP). Em que pese o caráter ilegal de apoderamento do território, as relações habitacionais em Heliópolis transformaram profundamente a disposição social do espaço da favela, gerando a exploração de morador por morador.

Os movimentos de territorialização e desterritorialização caracterizam o jeito de ocupar da 450. As territorializações que envolvem a disputa dos espaços podem ser feitas de dois modos: individual e gradualmente (característico da 450) ou de modo planejado, organizado pelos movimentos sociais de forma coletiva. As desterritorialização, por seu turno, geralmente fazem uso da violência e da força, como é o caso de remoções e despejos de favelas (Pavez; Freitas; Dias, 2019), movimento constante e ameaçador na realidade da 450.

De acordo com relatos locais, colhidos especialmente na associação local de moradores, o principal pano de fundo que desloca tal população de sua cidade de origem até a 450 é a busca por melhores oportunidades de trabalho. Esta população compõe a força de trabalho dos setores da construção civil, do trabalho doméstico, da limpeza pública urbana e das cooperativas de recicláveis, entre outros. A oferta de trabalho durante a alta temporada leva as pessoas a serem contratadas como prestadoras de serviços, mas quando o verão acaba, não têm a mesma garantia. Estamos falando de uma rotina de exposição à insegurança de trabalho, a que a população de classe baixa muitas vezes é submetida.

A população excluída das favelas brasileiras tem dificuldades de obter emprego formal. Geralmente, são pessoas sem acesso a rendimentos justos e, em consequência, suprimidas do sistema financeiro de habitação (Maricato, 2003). Sem contar o trabalho informal doméstico não remunerado ou mal remunerado, que coloca comida na mesa e alimenta a família, exercido por uma grande maioria das mulheres. Cozinhar é uma das principais funções desse trabalho, que inclui o cuidado das crianças e de toda a casa. As mulheres que exercem esse trabalho constituem a base invisível da economia, um dilema ético do trabalho reprodutivo e da

economia do cuidado (Gil, 2023). A necessidade de reconhecimento de tal trabalho, por vezes invisibilizado, e a necessidade de mudarmos a forma como enxergamos o cuidado nele implícito são produtos históricos.

Como parte do nosso processo de discutir o modo como vem se expandindo a forma-periferia em Itapema, foi preciso nos aproximar do território da 450 de forma intensa, para além da forma física e social. Para isso, adotamos a observação participante durante toda a nossa trajetória, assumindo várias ações: dialogar com agentes comunitários de saúde da equipe de Saúde da Família da unidade básica de saúde (UBS) que atende essa população; realizar visitas ao local como forma de reconhecer o território; escutar moradores e dialogar com eles; identificar informante(s)-chave; e registrar em diário de campo as principais informações locais. No processo, utilizamos *a priori* três filtros: território, espaços de socialização e força de trabalho. Participamos de reuniões no espaço da Associação de Moradores da 450, realizamos uma ambientação no território com a liderança local e visitamos alguns moradores em suas casas; todas essas práticas foram registradas e analisadas como fonte de dados para a pesquisa.

Com a permissão e o apoio da liderança local, tivemos acesso às ruas, às casas dos moradores, seus saberes, práticas, influências e disputas do território. É importante destacar – tendo em vista que o policiamento nas favelas reforça a imagem negativa da população, estigmatizando-a como integrada por grupos criminosos – que em nenhum momento sentimos medo de andar pela 450 (Lacerda, 2015). A Associação de Moradores da 450 passou a ser o nosso itinerário semanal, o nosso ponto de partida e ponto de encontro com a população.

Daí surge a nossa relação com mulheres, por serem elas que habitam as ruas, se movimentam visivelmente dentro e fora das casas, exercem a maior parte da função do cuidado e ocupam os espaços de liderança. Suas histórias escritas nesse território aguçaram a nossa curiosidade.

Na medida em que nos aproximávamos do território, as possibilidades de trocas com as mulheres foram se ampliando, até o momento em que descobriram, nas trocas de conversa, um saber comum que, até então, era desconhecido: a prática de fazer sabão artesanal. Em nossos encontros, o entusiasmo se fez manifesto, gerando o compartilhamento de histórias e trocas de receitas. Na ocasião, já não era o saber apenas de uma, mas o saber das outras, uma verdadeira

soma de ideias. Sentimo-nos, inevitavelmente, corresponsáveis nessa produção. Surgiu, então, o interesse entre elas de produzir sabão coletivamente.

Com datas programadas semanalmente, as mulheres passaram a se organizar com o compromisso de fazer sabão ecológico, reaproveitando materiais descartáveis e recicláveis. Nesse processo, percebemos uma articulação importante entre as mulheres com a sua comunidade, a abertura de um espaço de comunicação, mediante uma parceria entre elas, com a circulação de informações sobre a arrecadação de materiais reaproveitáveis para a produção do sabão.

Os materiais utilizados foram óleo de cozinha usado, garrafas de plástico, bandejas de plástico, soda cáustica e essências. O principal ingrediente da receita, o óleo usado, não pode ser descartado na pia, no lixo ou diretamente na terra. É um dos materiais que hoje causam grande prejuízo para as redes de coleta de esgoto, assim como para seu tratamento e até mesmo para o aquecimento global, sendo responsável pela obstrução das tubulações que podem provocar enchentes; se jogado no solo, produz poluição, além da contaminação do lençol freático e dos rios (Morgan-Martins *et al.*, 2016).

Esses prejuízos se tornam ainda mais complexos quando falamos de um contexto de área de ocupação. Em termos de saúde, a 450 enfrenta diversos problemas, como infecções causadas por bactérias e vírus em razão da falta de saneamento básico, problemas respiratórios associados à poluição, consumo de drogas, além de acidentes e mortes provocados pela violência urbana. Graças ao cadastro na Unidade Básica de Referência, os moradores têm a possibilidade de comprovar seus endereços, porém, seguem convivendo com as deficiências do SUS local, em particular da Estratégia Saúde da Família.

O trabalho com a produção do sabão ecológico acaba sendo uma alternativa de cuidado no território, melhorando a saúde da população, assim como do nosso ecossistema. O processo de fabricação do sabão caseiro é de baixo custo e, diante da atual conjuntura econômica e social, se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento sustentável (Lima; Yasui, 2014). Além disso, promove espaço de fortalecimento das relações entre as mulheres, de valorização dos saberes comunitários e de enfrentamento das necessidades.

Realizamos sete encontros semanais, às segundas-feiras, durante os meses de março e abril de 2023, para a produção de sabão. A divisão do trabalho entre as mulheres se organizou de modo cooperativo e recíproco. Trabalharam juntas em todas as etapas de produção: na

peneira do óleo, na higiene dos recipientes, na mistura dos ingredientes, no corte, embalagem e venda. O valor total das vendas era dividido entre elas.

Durante a etapa da mistura dos ingredientes, as participantes se sentavam com as cadeiras posicionadas em círculo, assim o sabão passava de mão em mão; esse era um jeito de fazer que se repetiu a cada encontro, em um tempo médio de aproximadamente quarenta minutos. As rodas de sabão retrataram o valor da solidariedade entre elas: enquanto uma escutava, a outra falava; enquanto uma mexia, a outra descansava. E assim circulava o poder entre as participantes, o poder para realizar seus desejos e o poder de fala sobre os seus temas – a sua própria história.

As mulheres externalizavam as suas dores, o sentimento de ser mulher favelada, os problemas familiares, a arte de fazer multiplicar a comida, seus desejos, vontades, vaidades e amores. Com as mulheres, encontramos um espaço de diálogo sobre a produção da vida na periferia, a força do saber comunitário experienciado coletivamente, o sofrimento pelo direito a uma vida digna e um modo estranho de ter fé na vida. Aos poucos, fomos desconstruindo uma série de pré-noções que carregamos sobre a vida na periferia.

Sendo a totalidade um valor absoluto e a nossa trajetória inacabada, o que fica dessa experiência, para nós, é a possibilidade que tivemos de participar da incorporação de uma pequena dimensão relacional àquele território que é, como qualquer outro, concordando com Perico (2009), uma construção histórica: uma relação ética com as mulheres da 450, sem nos limitarmos a uma única direção para pensar o território; ao contrário, consideramos a grandeza dos sujeitos deste relato, o seu território de existência e suas múltiplas determinações.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS

A proposta de trazer para o debate o modo como vem se expandindo a forma-periferia em Itapema à luz de suas estruturas históricas nos mostra o rompimento de fronteiras ético-políticas, quando o assunto é a necessidade de moradia digna, sobretudo pelas classes de menor renda, como é o caso dos moradores da comunidade da 450. Esse foi o jeito com que olhamos para o território, a partir dos seus campos de força – a comunidade da 450 e o poder público.

Assim, a cidade de Itapema e as suas relações, mediadas por estratégias geradas no contexto atual de geografia de acumulação capitalista (Harvey, 2020) neoliberais, permitem a existência de sistemas de injustiças socioambientais na produção de sua vida social. É nesse pano de fundo que se dão as dinâmicas territoriais da comunidade da 450, como grupo social

excluído que sobrevive cotidianamente com a ausência de materialidades fundamentais para a sua existência.

Por outro lado, o poder público, com a sua cruel política de desenvolvimento, em que a dimensão economia suplanta a proteção social, tem sido o principal agente de destruição de vidas, tecidas cotidianamente sob ameaças recorrentes de demolição e despejos.

Em nossa aproximação com a 450, foi fundamental a nossa relação com as mulheres, pois acreditamos que se constituiu como uma força para o território, para que elas pudessem construir um objeto em comum – a prática do sabão artesanal – para a realização de seus projetos de vida. Além disso, nos trouxe uma forma de pertencimento que possibilitou uma relação de vínculo e estranhamento crítico em um contexto que, aos poucos, foi gerando relações horizontalizadas entre nós. Os processos de negociação para tal inserção permitiram a reflexão, a um só tempo, sobre a nossa condição humana. Uma construção de aprendizado, distanciamento e proximidade do trabalho desafiante de pesquisa.

O resultado dessa experiência não está completo, encontra-se em percurso; trata-se da abertura de possibilidades. Com a permissão dos moradores do lugar, nos foi possível, mesmo que por alguns momentos, vivenciar a 450, despertando-nos para uma pesquisa que acontece não apenas no itinerário, mas na participação das fontes vivas que sustentam o nosso saber.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **Favela cresce demograficamente e movimenta mais de R\$ 200 bilhões**. 17 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/favela-cresce-demograficamente-e-movimenta-mais-de-r-200-bilhoes#:~:text=A%20pesquisa%20Data%20Favela%202023,totalizando%2013.151%20mapeadas%20pelo%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AMFRI. Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí. Prefeitura Municipal de Itapema. **Plano de mobilidade urbana Itapema**. [documento da internet]. 2016. Disponível em: https://amfri.org.br/uploads/sites/567/2023/05/844341_PlanMob_ITAPEMA.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. 33. ed. São Paulo: Klick, 1997.

FERREIRA, D. V. D.; JAYME, G. J. As interações entre um movimento social e os moradores da ocupação Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte. **Cad. Metrop**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 573-95, 2019.

FOLHA DO ESTADO. **Itapema**: audiência pública vai discutir a construção de habitação de interesse social na área industrial. 6 nov. 2021. Disponível em:

<https://folhaestado.com/itapema-audiencia-publica-vai-discutir-a-construcao-de-habitacao-de-interesse-social-na-area-industrial/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Índice Fipezap 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/fipezap/#indice-fipezap-comercial>. Acesso em 20 abr. 2023.

GIL, B. **Quem vai fazer essa comida?:** Mulheres, trabalho doméstico e alimentação saudável. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Itapema-SC**. 2019. Disponível em: <https://www.itapema.sc.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/downloads/173.pdf>. Acesso em 05 mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Minuto IBGE. **Censo 2022: é possível contar as favelas do Brasil?** 31 jan. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/minuto-censo-detalhes?view=mediaibge&id=5331>. Acesso em 20 abr. 2023.

LACERDA, D. S. Rio de Janeiro and the divided state: Analysing the political discourse on favelas. **Discourse & society**, v. 26, n. 1, p. 74-94, 2015.

LIMA, E. M. F. A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaços, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde debate**, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-66, 2003.

MAZO, L. M. S.; TAMAYO, A. L. G. Potencialidades de la participación em la construcción de ciudad desde intervenciones urbanas em asentamientos precários. **América Latina Hoy**, v. 68, p. 119-136, 2014.

MORGAN-MARTIN, M. I. *et al.* Reciclo-óleo: do óleo de cozinha ao sabão ecológico, um projeto de educação ambiental. **Cinergis**, v. 17, n. 4, p. 301-306, 2016.

NORONHA, N. S. de. Contradições na organização do espaço habitacional de uma favela paulistana. **Rev Adm Pública**, v. 52, n. 6, p. 1056–1072, 2018.

OJIMA, R. As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v. 24, n. 2, p. 345–347, 2007.

OLIVEIRA, E. L.; GIVIEZ, G. H. N. **Demanda futura por moradias no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

OLIVEIRA, M. F. A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação. **RBEUR**, v. 16, n. 2, p. 167, 2014.

ONU. **46% da população global vive sem acesso a saneamento básico.** 22 mar. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1811712>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ONU. **Mundo deve usar urbanização para benefícios das pessoas e do planeta.** 5 out. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728432>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PAVEZ, C. M. P.; FREITAS, M. J. C. C; DIAS, V. L. N. Território(s) da “favela” e conflitos socioambientais: na comunidade arvoredos, Florianópolis. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: IICA, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA. **Venha Descobrir Itapema.** 2023. Disponível em: <https://www.itapema.sc.gov.br/turismo/venha-descobrir-itapema/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares:** A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades.** 2016. Disponível em: <https://www.sde.sc.gov.br/index.php/biblioteca/programa-crescendo-juntos>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 251-61, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAWAIA, B. B. Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SEPPILLI, T.; LIMA, R. C. G. S. Rischio epidemiologico e politiche delle salute. Un'intervista a Tullio Seppilli. **ANUAC**, v. 10, n. 1, p. 211-223, 2021.

SOUZA, M. J. L. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. J. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.